



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação escrita

Há dias, o Governo revelou que o orçamento para o Metro Ligeiro vai ser aumentado de 12,8 milhões para 16,4 milhões de patacas, ademais, este não é o orçamento final do projecto. Imediatamente, surgiram fortes críticas na sociedade, focando sobretudo os defeitos existentes no actual mecanismo de fiscalização dos concursos públicos e dos reforços orçamentais das obras públicas.

Segundo algumas pessoas, muitas obras públicas estão na situação de não haver uma data para o seu fim, nem para o fim dos reforços orçamentais. Isto, porque algumas empresas sabem muito bem como elaborar as propostas e, conseqüentemente, conseguem muitas vezes obter boas pontuações nos concursos, só que, depois de terem as obras nas mãos, por causa de diversas razões começam a surgir reforços do orçamento, ou mesmo instauração de acções contra o Governo. Assim, já há opiniões entendendo que o Governo deve proceder à revisão do “Regime jurídico do contrato das empreitadas de obras públicas”, no sentido de erradicar os problemas vulgarmente verificados nas obras públicas, tais como, a atitude passiva dos empreiteiros e o atraso propositado das obras praticado pelos mesmos, e, para atingir este fim, entendem ainda que há que criar uma lista negra, para poder “expulsar” esses empreiteiros do mercado. Em relação a isso, também o Governo chegou a afirmar que ia proceder a um estudo da sua viabilidade, só que, até à data, ainda não recebemos qualquer notícia acerca do mesmo.

Mais ainda, o Governo sempre afirmou que os reforços orçamentais são realizados de acordo com a lei, por conseguinte, não sabe o que pode fazer, perante as críticas da população. Contudo, há pessoas que consideram que



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

as críticas não são contra os reforços, mas, sim, contra a sua razoabilidade e legalidade, especialmente nas obras públicas de grande escala.

As obras de grande escala envolvem a mobilização de avultados montantes do erário público, e têm uma ligação directa com os interesses e o bem-estar de toda a população de Macau. Pelo exposto, o Governo tem toda a necessidade de otimizar, com a maior brevidade possível, o mecanismo de fiscalização dos concursos públicos e dos reforços orçamentais das obras públicas.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Para erradicar os problemas vulgarmente verificados nas obras públicas, tais como, a atitude passiva dos empreiteiros e o atraso propositado das obras praticado pelos mesmos, o Governo tinha prometido que ia proceder a um estudo. Qual é então a conclusão desse estudo? Vai ser activado o processo de revisão legislativa, no sentido de criar um regime de lista negra, a fim de eliminar esses empreiteiros problemáticos?

2. A propósito da falta de transparência nos reforços orçamentais nas obras públicas de grande escala, o Governo vai ponderar a criação de um mecanismo, isto é, qualquer rubrica que careça de reforço tem de ser submetida à apreciação da Assembleia Legislativa, permitindo assim que o Governo tenha uma oportunidade para esclarecer melhor as coisas e maximizar o papel fiscalizador da Assembleia Legislativa?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

20 de Julho de 2018

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Si Ka Lon

IE-2018-07-20-Si Ka Lon (P) AV-MMC